10:13 91%

Sem metas, a Nova Indústria é velha

Como disse Lula, 'que a gente possa cumprir isso que a gente escreveu no papel'

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

Faz tempo, quando o governo do presidente Ernesto Geisel divulgou seu Plano Nacional de Desenvolvimento, o professor Mário Henrique Simonsen, seu ministro da Fazenda, comentou: "Não leio obras de ficção." Quem as lê pode perder algum tempo com o programa Nova Indústria Brasil e suas as "metas aspiracionais", com seis missões. Provável mesmo, é que a Viúva colocará na mesa créditos de R$ 300 bilhões até 2026.

(Durante a fala de Geraldo Alckmin, ministro de Desenvolvimento e vice-presidente, a câmera percorreu parte da audiência; pelo menos nove convidados — três dos quais colegas de ministério — liam papéis ou mensagens nos celulares.)

Louvem-se os autores. Eles chamaram as metas de "aspiracionais". Enunciaram desejos em vez de cravar promessas. Por exemplo, na missão 3 aspira-se "reduzir em 20% o tempo de deslocamento de casa para o trabalho (atualmente esse tempo médio é de 4,8 horas semanais)."

Na defesa dessa nova política industrial, os doutores repetiram que países como a Coreia e o Japão cresceram porque suas indústrias foram amparadas pelo governo. Deixando-se de lado o fato de que lá empresários larápios vão para a cadeia e não recebem alívio do Supremo Tribunal Federal, esta é uma velha questão. No Japão e na Coreia havia metas, compromissos e penalizações. Quais serão as metas que as empresas se obrigam a cumprir com a Nova Indústria? Por enquanto, nem uma palavra.

Sabe-se que essas metas serão definidas daqui a 90 dias, mas poderão ser mudadas. Ou seja, as metas também serão "aspiracionais". Na reunião consumiram-se cerca de 6 dos seus 97 minutos em tediosas saudações. Nela, a única pessoa que associou explicitamente as aspirações a algum tipo de cobrança pelas "consequências do ato que estamos discutindo", foi Lula: "O problema não termina aqui, ele começa aqui."

Aos 78 anos, Lula faz parte de uma geração única na história: financiou três polos de construção naval, cada um com resultados piores que o anterior. O primeiro veio com Juscelino Kubitschek, o segundo com Geisel e o terceiro com Lula 01. Por enquanto, o quarto polo naval está fora das metas aspiracionais, mas ninguém perde por esperar.

O governo sabe propagar aspirações. Em janeiro de 2007, Lula anunciou seu primeiro Programa de Aceleração do Crescimento. Um ano depois, incluiu nele o Trem-Bala que ligaria o Rio a São Paulo e Campinas. Deu no que deu.

Políticas industriais funcionam quando o governo obriga os empresários beneficiados a cumprir metas e não subverte as regras do jogo.

A primeira salva de palmas para o programa Nova Indústria partiu da Fiesp. Mau sinal. Em janeiro de 2020 o doutor Paulo Skaf, presidente da "poderosa", publicou um artigo intitulado "Muito prazer, somos a Fiesp". Seu recado era curto e grosso: "Apoiamos Bolsonaro, que pôs o país no rumo certo." Na reunião de segunda-feira, o representante da Confederação Nacional da Indústria informou: "Estamos no caminho certo". Apoiaram Bolsonaro e apoiarão todos os seus sucessores, desde que ofereçam bons créditos.

Como disse Lula ao encerrar sua fala, "que Deus nos abençoe e que a gente possa cumprir isso que a gente escreveu no papel".

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Ala mais bolsonarista volta ao comando da bancada evangélica

Deputado Eli Borges (PL-TO) reassume comando em fevereiro no lugar de Silas Câmara (Republicanos-AM)

Ranier Bragon

BRASÍLIA O comando da bancada evangélica no Congresso Nacional irá voltar, no início de fevereiro, para as mãos do grupo de parlamentares abertamente opositores a Lula (PT), a maioria do PL de Jair Bolsonaro, o que tende a complicar as recentes negociações entre governo e religiosos sobre isenções tributárias.

Deixa a coordenação do grupo o deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), que chefiou a reunião da semana passada com o ministro Fernando Haddad (Fazenda), para tentar contornar a nova crise entre governo e evangélicos.

No dia 17, a Receita Federal suspendeu ampliação da isenção tributária a pastores, editada pela gestão Bolsonaro em 2022, um mês antes do início da campanha eleitoral.

A bancada evangélica reagiu e, dois dias depois, o atual comando se reuniu com Haddad. Ele aceitou avaliar a revisão da suspensão e anunciou um grupo de trabalho entre Receita, AGU (Advocacia-Geral da União), TCU (Tribunal de Contas da União) e parlamentares evangélicos.

A troca de comando na Frente Parlamentar Evangélica ocorre por acordo de revezamento feito na atribulada eleição do início de 2023 e que teve por objetivo apaziguar a disputa que opunha a ala mais bolsonarista e o grupo com maior inclinação de aproximação com o governo.

Pelo acerto, em 2023 e 2024 o comando seria de Eli Borges nos primeiros semestres de cada ano e, no segundo, a função seria de Silas Câmara.

"Quem propôs grupo de trabalho foi o governo. Acho que o diálogo é sempre a melhor forma de solução para os desafios, mas nos próximos 180 dias a palavra final é do deputado Eli Borges. Somos 138 deputados e deputadas, com 17 senadores e senadoras, unidos em defesa do nosso segmento. É natural que alguns pensem diferente e que vejam soluções de forma diferente, mas no final o objetivo é o mesmo, proteger nossas liberdades é direitos", afirmou Silas Câmara.

A **Folha** não conseguiu falar nesta terça (23) com Borges.

Na semana passada, o grupo próximo a ele disse que a reunião de Haddad e os parlamentares evangélicos não era um encontro oficial da frente, já que a diretoria não teria sido consultada por Silas.

Além do atual presidente da bancada, participaram da reunião com o ministro os deputados Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), David Soares (União Brasil-SP) e Marcos Soares (União Brasil-RJ) — os dois últimos, filhos do missionário R. R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus.

A saída, Crivella disse não ver perseguição a evangélicos por Lula, contrariando afirmações da outra ala.

"Se houve reunião da liderança da frente parlamentar evangélica que tornou alguns parlamentares evangélicos porta-vozes do governo Lula, que não respeita os evangélicos nem o que cremos, creio que a diretoria não foi comunicada e nem nós membros da frente não fomos informados", disse o deputado Pastor Marco Feliciano (PL-SP).

Ele disse ter se sentido constrangido ao ler que Crivella afirma não haver perseguição. "A perseguição a nós evangélicos já não é mais velada. Eu disse e reafirmo: estamos sendo perseguidos, não quero acreditar que haja, na frente evangélica raiz, membros evangélicos raiz que sejam governistas-luistas, isto seria um ultraje."

O deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), também do se sobre tor mais oposicionista a Lula, elogiou o trabalho de Silas e Câmara e de Eli Borges. "São 2 líderes de diferentes características políticas, mas nos nossos valores ambos são incansáveis lutadores de todas as nossas causas."

Mas reafirmou entender que, por ora, a frente não participa oficialmente de negociação com o governo.

"O grupo [que foi ao encontro de Haddad] não foi da FPE, não houve deliberação sobre esse assunto. Entendo que foi a participação individual de alguns parlamentares, logo, nada muda. A FPE, oficialmente, não participa até o presente momento de nenhum grupo de trabalho com o atual governo", afirmou.

Na semana passada, ele disse que seria contra qualquer reunião com o governo se fosse convidado. Mas agora diz que se o Palácio do Planalto solicitar isso da nova direção da frente, a decisão deve ser tomada por seus integrantes.

"Eu não responde por toda a bancada, mas, se depender de mim, enquanto o governo e a Receita não desfizerem a fake news que eles colocaram na imprensa, nós jamais deveríamos participar de nenhum grupo de trabalho."

Sóstenes diz não ter havido isenção maior a pastores com o ato da gestão Bolsonaro.

A Receita, porém, disse ao TCU que os valores dos lançamentos tendo como alvo pessoas físicas com a ocupação principal "Sacerdotes e Membros de Ordens e Seitas Religiosas" somam R$ 293,8 milhões, a maioria com a exigibilidade suspensa.

O relatório não esclarece se esse valor representa todo o prejuízo potencial do ato do governo Bolsonaro. Na época da edição da norma, técnicos estimavam que o perdão poderia chegar a R$ 1 bilhão.

O ato aborda a prebenda, remuneração recebida pelos pastores e líderes religiosos por serviços prestados às igrejas. A lei isenta a prebenda do recolhimento de contribuição previdenciária, desde que ela tenha relação com a atividade religiosa e não dependa da natureza ou da quantidade de trabalho.

> Se depender de mim, enquanto governo e Receita não desfizerem a fake news que colocaram na imprensa, nós jamais deveríamos participar de nenhum grupo de trabalho
>
> **Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)**
> deputado da FPE, sobre possível reunião com membros do governo

Flávio Dino e Ricardo Lewandowski se reunem para falar de transição Pedro Ladeira/Folhapress

Lewandowski deve trocar secretário de Justiça, mas manterá parte da equipe

Julia Chaib e Raquel Lopes

BRASÍLIA O primeiro jantar de Flávio Dino e seu sucessor no Ministério da Justiça, Ricardo Lewandowski, teve clima ameno e conversas sobre temas relativos à pasta, como o decreto de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) no Rio de Janeiro.

O encontro ocorreu na noite desta segunda (22). Na ocasião, Lewandowski disse a Dino que deverá manter boa parte de sua equipe, mas que deve trocar cargos considerados estratégicos, como a Secretaria Nacional de Justiça, hoje com Augusto de Arruda Botelho.

Segundo pessoas próximas, Lewandowski estuda o perfil de uma mulher para o posto.

Ele vai mudar a secretaria-executiva da pasta, que irá para Manoel Carlos de Almeida. O ministro aposentado do STF (Supremo Tribunal Federal) também escolheu o procurador Mário Luiz Sarrubbo para a Secretaria Nacional de Segurança Pública, uma das mais sensíveis do órgão. Sarrubbo substituirá Tadeu Alencar, ex-deputado pelo PSB-PE.

Se a saída de Botelho se confirmar, o PSB perderá as principais estruturas no ministério.

Lewandowski elogiou a equipe e a gestão de Dino na pasta, disse que compartilham visões de mundo parecidas e que a transição ocorrerá de maneira natural. Afirmou ainda que pretende dar continuidade às políticas da pasta.

Uma pessoa próxima aos ministros disse que Dino foi generoso em sua explanação, apontando desafios e problemas do ministério. Os dois conversaram ainda sobre questões indígenas e segurança pública.

Estiveram no jantar Dino, Lewandowski, o secretário-executivo adjunto da pasta, Diego Galdino, e Manoel Carlos.

Nesta terça, houve a primeira reunião oficial para falar da transição no Ministério. Na abertura, Lewandowski disse estar otimista com o cargo e que tem o desafio da segurança pública.

"Estamos com as instituições consolidadas e haveremos, sem dúvida nenhuma, de vencer as dificuldades. Temos o desafio, que é uma preocupação do cidadão comum hoje, com a segurança, a segurança que afeta, a insegurança melhor dizendo, que afeta não apenas as classes mais abastadas, mas também hoje o cidadão comum, o trabalhador", disse

Na sua visão, o trabalho será de continuidade ao de Dino, mas com pequenos ajustes.

"Não é bem uma transição, é uma continuidade. O governo é o mesmo. O senhor vai alçar outros voos mais altos do que estes já trilhados como deputado, senador, governador", acrescentou.

Dino elogiou o novo ministro e o trabalho de sua equipe, dizendo que todos estão na pasta por mérito.

O nome de Lewandowski foi anunciado em 11 de janeiro pelo presidente Lula (PT).

Nesta segunda (22), no Diário Oficial da União, Lula oficializou a nomeação a partir do dia 1º de fevereiro.

Dino seguirá no governo até o dia 30, para comandar a transição. Deixará a pasta para assumir uma vaga no Supremo, para o qual foi sabatinado e aprovado no plenário do Senado em dezembro.

Lula afirmou que Lewandowski terá liberdade para escolher sua equipe.

Lewandowski deixou o STF em abril passado, ao completar 75 anos — idade máxima para ministros da corte. Foi substituído pelo advogado de Lula, Cristiano Zanin.

Ele foi indicado para o STF pelo próprio Lula, em 2006. Chefiou a corte de 2014 a 2016, tendo presidido o julgamento do impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT).

Lewandowski sempre foi visto como o único ministro do STF que se manteve fiel ao PT até nos piores momentos, como no auge da Operação Lava Jato, enquanto outros indicados pelo partido à corte deram decisões desfavoráveis e fizeram acenos à direita.

Quando presidiu no Senado o julgamento do impeachment de Dilma), chancelou uma manobra regimental que fracionou a votação, permitindo votação em separado da perda de mandato e da inabilitação para exercer funções públicas por oito anos. O Senado rejeitou a inabilitação, mantendo seus direitos políticos.

Com isso, apesar de ter que deixar a Presidência, Dilma não ficou impedida de exercer atividade política — e concorreu ao Senado em 2018.

No julgamento do mensalão, ele votou para absolver o ex-ministro José Dirceu e o ex-presidente do PT José Genoino, mas foi voto vencido.